

VIEIRA OU O TEMPO BARROCO

Eduardo Lourenço

O autor de *A missão de Ibiapaba*, ao mesmo tempo narrador e ator principal dos percursos da evangelização numa região da América, então praticamente inacessível, e pertencente à jurisdição do rei de Portugal, é, não apenas um missionário zeloso da Companhia de Jesus, mas um orador inigualável, um personagem político de primeiro plano e o mais ilustre dos escritores portugueses do seu tempo. Falo naturalmente de Antônio Vieira. Somos ainda hoje sensíveis ao encanto e ao poder de sua escrita, num texto de circunstância, desprovido de qualquer pretensão literária, contrariamente aos sermões que firmaram sua reputação de predicador, particularmente os pronunciados na corte de Lisboa e em Roma, diante do Papa.

O interesse dessa relação ultrapassa, ao mesmo tempo, os limites do testemunho histórico sobre um episódio, afinal de contas banal, do processo de colonização-evangelização (então indissociáveis), e o do estatuto anacronicamente literário que lhe pudéssemos sem esforço atribuir. Com efeito, a relação da missão de Ibiapaba vale menos pelo que ela refere, ou mesmo por seu tom tão moderno – ausência de afetação, de onde não estão ausentes a maior lucidez e mesmo a ironia ou o humor – do que pelo gênero de olhar que Antônio Vieira lança sobre a “questão indígena.” Tantos anos depois de Las Casas, a famosa “questão indígena,” em vez de estar esclarecida, tomara outras dimensões, a bem dizer inextricáveis.

De forma quase espontânea, compara-se muitas vezes o estatuto de Las Casas, considerado já em sua época o “defensor dos índios,” e o de

Antônio Vieira, louvado também, e com evidente justeza, por seu combate em favor da dignidade dos índios e dos seus direitos como súditos do rei de Portugal, soberano legítimo desse povo. Aparentemente, os combates de Antônio Vieira e de Las Casas respondem a uma dificuldade e a uma situação análogas que são as do confronto com um gênero humano novo que datava do dia em que Colombo chegara à América. O oceano foi mais fácil de atravessar do que o fosso de incompreensão aberto, digamos, desde o início dessas relações, e que não logrou ser preenchido nem ultrapassado até agora. De um lado, uma civilização, uma cultura, que se vêem e se lêem como naturalmente universais, ciosas de sua origem e de sua genealogia divinas; de outro, uma nova humanidade cuja língua ainda não se conhece e cujo código se rejeita quando se acredita adivinhá-lo ou conhecê-lo. Em suma, ao menos no que se refere às conseqüências práticas, trata-se da irrupção do Outro no momento em que é descoberto. Com efeito, essas questões foram mais complexas e, se houve até aos nossos dias “destruição dos índios”, para retomar o título mítico de Las Casas, ela foi acompanhada, no início e mesmo a seguir, de uma troca, que tinha possivelmente mais a ver com um caráter de violação, mas de onde nasceu, senão o novo mundo entrevisto no momento de sua descoberta, ao menos um outro mundo que é justamente hoje o mundo das Américas.

Las Casas e Vieira ocupam dois lugares distintos, apesar da analogia de suas intervenções enquanto atores de uma tragédia que os ultrapassava, como ultrapassava, aliás, todo o mundo. Só Las Casas percebeu até que ponto o encontro entre europeus e índios era fonte de tragédia, e, nesse sentido, tragédia sem solução, como é afinal toda verdadeira tragédia. Como Colombo, Las Casas não tinha partido para o Novo Mundo sonhando com o Paraíso. Ele pertencia à geração do Almirante, de quem seria o insubstituível cronista e apologista. Durante os primeiros anos do século XVI, ele foi mesmo um colono que partilhava as ambições e as ilusões daqueles que partiam para as Antilhas, fascinados pelos sonhos loucos e devastadores de Colombo. Mas, uma vez em Cuba, diante do espetáculo de crueldade dos demais espanhóis, sensível aos protestos de Montesinos, Las Casas muda de vida. Tornando-se dominicano, como se sabe, o futuro bispo dos Chiapas – nome que até hoje não deixou de ressoar em nossas consciências –, esse homem se encarregará com tenacidade – alguns dirão mesmo implacavelmente – de defender, inicialmente junto aos reis de Espanha, depois diretamente junto a Carlos V, a causa dos novos súditos de Sua Majestade, contra os colonos cuja sobrevida e sucesso no Novo Mundo exigiam a exploração dessa nova espécie de gente a quem se ousava negar até mesmo a condição de “homens”.

O combate de Las Casas foi muitas vezes evocado – sobretudo durante o século XIX liberal – como o combate de um herói romântico. Foi um combate heróico, tenaz, levado a cabo em nome de uma tradição teológica e jurídica perfeitamente ortodoxa. Poderíamos mesmo dizer imperial, se se entende por tal a recusa de conceder a Roma o direito e o poder de atribuir “novas terras” aos reis, ou príncipes, justificando desse modo a desapropriação dos naturais (nesse caso, os indígenas). A Europa e, o que mais importava, a Igreja ainda não estavam divididas no tempo em que Las Casas empreendia sua luta pelo direito que tinham os indígenas de possuir livremente as suas terras. A Espanha dessa época ainda não se encontrava na defensiva nem como sujeito político, nem como sociedade. Las Casas viverá o bastante para assistir a uma divisão sem precedentes entre a Europa e a Igreja, criada pelo sucesso da Reforma. Mas isso não alterará sua atitude. Sua “defesa dos índios” manterá para sempre a marca de uma cultura ainda unificada, com profundas ressonâncias medievais, em outras palavras, racional em seus meios e maravilhosamente cristã em seus fins.

O tempo de Antônio Vieira é bem outro. Em todos os níveis (teológico, ético ou político), o tempo barroco não é, como temos tendência a imaginar, fechado em si mesmo, quase atemporal, ancorado na confiança de Deus. Na realidade, esse tempo de aparência tão una é um tempo intimamente dividido, inquieto, que é preciso saber reconduzir à sua fonte. Mas seu segredo será bem guardado. A Fé, a nova Fé, repousa sobre a vontade. Evidentemente, a Igreja Católica guarda em si todos os seus tempos. Mas a de Antônio Vieira, a igreja da Companhia de Jesus, apresentou-se, desde o início, como uma igreja militante. Num sentido só ligeiramente metafórico, ela é como a muralha de uma Igreja amputada, em luta consigo própria, e de uma Europa em parte perdida para ela.

Graças a essa milícia por excelência, somente a Providência tinha o poder de remediar esses reveses, essa ferida que não dependia simplesmente do impotente espírito do mal, mas do próprio Deus, mestre do mundo e da História. A História era sempre contada a partir do pecado original que a pusera em movimento, sustentada de dentro pelo sacrifício do próprio Deus. Mas um fenômeno como o protestantismo devia parecer a uma cultura como a de Inácio de Loyola, e de outro modo, à de Antônio Vieira – mais ardente que seu mestre – uma espécie de segunda queda. Destinada provavelmente ao despertar do Homem, e, por que não, a um segundo e definitivo triunfo do Cristo; não mais neste mundo – como um dia a Inquisição o acusará de ter feito – mas algures, espaço e tempo ainda não desvelados, e cujo prenúncio estaria nessa expectativa de milhares de almas perdidas em terras desconhecidas.

Oferecer à Igreja novas almas para substituir as ovelhas perdidas, buscar na Ásia, no Brasil, o que havia perecido na Alemanha, na Inglaterra, na Holanda, na Suécia e, ao mesmo tempo, consolidar as nações fiéis – Portugal e Espanha –, que deram imediatamente sua proteção à Companhia de Jesus, constituía, na verdade, um só objetivo. Em tempos de outro modo mais confusos e abalados do que os dos primeiros apóstolos da Companhia (Francisco Xavier, os mártires do Japão), ninguém mais do que Antônio Vieira parecia predestinado a ser o elo entre esses dois mundos, a Europa e o Brasil. Ele já não podia ser, em seu sentido original e forte, o apóstolo do Brasil – essa terra que era também a sua, por sua educação, pelo seu coração –, pois o tempo de Manuel da Nóbrega e de Anchieta estava ultrapassado. Mas Antônio Vieira podia ser seu conversor e, de certo modo, seu salvador.

A relação de Antônio Vieira com o Brasil, como missionário e como português, é bem diferente da relação de Las Casas com o Novo Mundo no momento em que este estava ainda a ser buscado e em que a Espanha tentava encontrar seu iugar no processo imperial. Para Antônio Vieira, a colonização, ao pôr questões de ordem cultural, ética e política, tal como se apresentava no momento em que a Europa estava descobrindo novas terras, não tinha mais razão de ser. Aliás, seria importante dizer que a colonização portuguesa jamais se pôs tais questões. O Novo Mundo, no meio do século XVII, já é percebido como um “prolongamento” da Europa, como um espaço geográfico e político a proteger, ordenar, e, sobretudo, a defender da inveja das outras nações, potências comerciais ou inimigas políticas da Espanha e de Portugal. Que o Brasil do século XVII seja o fruto de uma colonização-conquista não coloca nenhum problema para Antônio Vieira, missionário da Companhia que aqui se tinha instalado havia cerca de um século. No máximo é capaz de constatar, numa fórmula realista e crítica – pensando que as novas terras estão abandonadas tanto no plano temporal como no plano espiritual – que o Brasil “é uma conquista que precisa ser conquistada.” Seu papel, assim como o de seus companheiros, na Bahia, em São Paulo, no Maranhão, é de conduzir ao cristianismo essa numerosa humanidade que o ignora. E isto, antes que seja tarde demais e que as almas dos indígenas estejam perdidas para sempre, quer para a Igreja quer para o Rei de Portugal de quem ele próprio não é apenas súdito (depois da Restauração), mas um conselheiro ouvido com atenção e – sem que isso comprometa a sua condição de missionário – um agente diplomático sem par. Sua cultura, seus dons de orador, sua incrível habilidade, seu gosto pelos negócios e pela política farão dele, no momento em que o Portugal restaurado luta por sua sobrevivência no plano profano, um personagem de

primeiríssimo plano. O mais considerável de sua época, nota João Lúcio de Azevedo, seu “descobridor” moderno.

Quando Portugal recobra a sua independência, em 1640, o Brasil se tinha tornado o palco de uma luta cuja saída parece, aos olhos de Antônio Vieira, decisiva para o destino de Portugal como nação e para o do catolicismo no Novo Mundo. A região açucareira de Pernambuco suscita, há anos, a ganância dos holandeses que, depois de uma tentativa de tomada da Bahia, então capital do Brasil, acabam por se instalar por um longo tempo em Recife, que conseguiram transformar, nas palavras de Antônio Vieira, numa “nova La Rochelle.” O patriota, que é o autor dos *Sermões*, sofre com isso, sobretudo porque os recém-chegados são protestantes, heréticos. Quando se lê atentamente sua *Relação*, percebe-se que Antônio Vieira está muito consciente, não apenas da superioridade marítima dos holandeses, mas de sua habilidade em ganhar a adesão dos índios para a sua causa, a ponto de fazerem deles seus aliados.

Vemos bem, por tudo isso, como os dados sobre a evangelização no século XVI tinham sido alterados. Agora persegue-se, para além do oceano, o confronto entre catolicismo e protestantismo, conflito que tinha levado precisamente a Companhia – consciente ou inconscientemente – a considerar a conquista espiritual dos indígenas como uma reparação providencial do golpe sofrido na Europa. A situação é inédita. E acrescenta um suplemento de estranheza e, sobretudo, algumas dificuldades às já experimentadas pela evangelização tradicional. Como no tempo de Nóbrega e de Anchieta, é preciso arrancar os indígenas da barbárie sempre passível de renascimento, mas agora trata-se, também, de arrancar um grande número deles, “conquistados” pelos holandeses – de quem Antônio Vieira faz um retrato sem complacência –, ao fascínio que a cultura protestante, com sua religião mais permissiva (na verdade, simplesmente com um outro conceito de liberdade), exerce sobre eles.

Como assinala seu tradutor, a narrativa de Antônio Vieira, e aliás toda sua experiência no Maranhão é, em filigrana, a confissão de um fracasso que, somente lido em outro plano – o dos fins misteriosos da Providência –, pode ser convertido em epopéia para a “mais alta glória de Deus.” Seu combate em favor dos indígenas, em parte perdido, apresenta semelhanças com o combate de Las Casas, mas o espírito de sua ação e a visão que a determina são de outra têmpera. As controvérsias do século XVI, de Las Casas ou de Sepúlveda, eram controvérsias européias onde o Outro – e as questões que ele colocava – não tinham lugar. Las Casas resolve, em nome do índio, as questões que este propõe à

cultura do conquistador, mas não é ainda o índio quem apresenta essas questões ao seu conversor. A verdadeira originalidade da narrativa de Antônio Vieira reside na presença da voz do índio. Ela nos é trazida sob a forma de sonhos que se podem ler, à maneira do próprio Vieira, seja como manifestações da “graça”, seja como perigosas estratégias do demônio. Através da narrativa desses sonhos ou das questões postas pelos índios, que questionam a essência mesma da visão que os missionários querem obrigá-los a aceitar, temos dificuldade em não ouvir a voz do próprio Antônio Vieira, suspensa no mais profundo dela mesma, entre o brilho da luz e das trevas. Como se fosse um Voltaire ainda inconsciente, Vieira empresta aos seus “cândidos” índios uma lucidez duvidosa na recusa que têm em aceitar mistérios ou crenças inaceitáveis a seus olhos, ou detestáveis, como os do Inferno.

O século XVII foi, em longes terras e através de Leibniz, uma época voluntariamente otimista. Mas isso não cabe nas pátrias de Gracián e de Antônio Vieira, os dois grandes gênios da Companhia naquele século. Seu otimismo – se pudermos chamá-lo assim – é um otimismo transcendente. As nossas igrejas do Brasil, caiadas de branco, estão lá para testemunhar esse sonho de Paraíso que é o avesso do cenário – a realidade de um mundo e de uma humanidade afogadas nas trevas da ignorância e do mal, mais ou menos invencíveis. Estamos longe da visão ainda medieval de Las Casas. Só a graça de Deus, evocada como uma espécie de milagre permanente, impede que esses evangelizadores, perdidos em espaços pouco hospitaleiros, em meio a povos que não pediram para ser esclarecidos e ainda menos salvos, naufraguem na perdição, quase no desespero. Na realidade, esses soldados de Cristo, tais como Vieira aqui os descreve, não são conquistadores protegidos em sua missão pela presença de colonizadores ou de representantes do rei. Eles estão sós, postos a serviço, para instruir os bárbaros, ou pagãos de um gênero desconhecido, na única fé verdadeira, aquela que lhes revela seu parentesco com a própria divindade e os arranca ao domínio do demônio, abrindo-lhes as portas para uma felicidade eterna. Mal conhecendo a língua dos autóctones, esses homens que possuíam, além do mais, uma cultura vasta e refinada, dispensada pela Companhia de Jesus, contavam menos com seu próprio poder de persuasão do que com o efeito de seus atos, de sua caridade, o que se traduz numa pedagogia mágica. Eles cumpriam à risca a parábola do semeador. Não era erro seu se a palavra de Deus encontrava diante dela tanta resistência. Eles teriam desejado tecer com os indígenas elos duráveis, fixá-los, impedir que, uma vez tocados pela verdade, fossem recair em seus costumes bárbaros, pois, em sentido inverso ao de Las Casas, era assim que eles os viam e os suportavam.

Hoje, por nosso lado, temos certamente dificuldade de nos colocar no lugar desses semeadores da palavra de Deus que se regozijavam quando as crianças batizadas ou os adultos convertidos abandonavam o nosso baixo mundo. Mas isso não é assim tão estranho se imaginarmos o sentimento pessimista que impregna a visão barroca do mundo. Não era de espantar que as orações fúnebres, de Bossuet ou de Vieira, se tivessem convertido nos momentos por excelência em que essa visão a si mesma se representava, no seu duplo registro de nulidade deste mundo e de esplendor do outro. Mas o que na Europa provinha de uma dramaturgia cultural perfeitamente inteligível, ganhara nos sertões do Maranhão qualquer coisa de extravagante, de onírico, quase de insensato. Ópera ou réquiem sem espectadores. Exceto Deus. E isso bastava a esses homens que, trabalhando para a salvação das almas de uma humanidade tão fechada a suas ofertas caridosas, buscavam quase deliberadamente o martírio.

Em sua relação, Antônio Vieira não esquece esse desfiar de martírios que ele relata sem ênfase. Em sua pena clarividente, tal fato não pode ter a ressonância triunfalista do clássico martirologio cristão, o da Igreja primitiva que encontrava no sangue dos seus santos a sua força e confirmação. Há qualquer coisa de sombrio nessa narrativa dos trabalhos e das penas desse punhado de missionários dos quais ele próprio, homem de confiança do rei e orador célebre, fazia parte. E compreende-se então que o autor, ator dessa gesta anônima, condenado ao insucesso ou a um sucesso mitigado segundo a opinião deste mundo, alguém que, ao mesmo tempo, sonha um outro mundo, verdadeiro reino de Deus, de que ele será o novo Isaías. O advento de um Quinto Império, a meio caminho entre o céu e a terra, cumprimento da missão encomendada por Deus aos Reis de Portugal – de impor a lei do Cristo no mundo inteiro – é uma espécie de figura invertida do semifracasso providencial da epopéia missionária da Companhia no Novo Mundo. Ligar o Quinto Império de Vieira a outros sonhos messiânicos ou utópicos, de que a cultura do Ocidente está cheia, não esclarece grande coisa. Ele é, sobretudo, o devaneio imperial português no momento exato em que Portugal escapa de seu cativeiro da Babilônia, e em que o imperialismo bem vivo da nova Europa não católica se expande pelo mundo. O império de Portugal, seu império real, extingue-se numa espécie de crepúsculo. Mas sob esse sol poente, brilha um outro império, oposto ao mundo, como o sonhará por sua vez Pessoa: o império que Vieira, apóstolo de um Deus a um só tempo poderoso e insondável, erige “sobre os simulacros da realidade”. Com esses simulacros – sua experiência de glória mundana e de fracassos –, ajudado não somente por seus dons de visionário mas por uma língua

que nunca deixou de causar espanto e de fazer sonhar aqueles que penetram em seu jardim de metáforas, ele nos oferece a essência de uma palavra que só se pode apoderar do sentido da realidade através do espelho de Deus. Como a sua sombra.

Tradução do francês por Teresa Cristina Cerdeira, revista pelo autor.